

Inflação vai ajudar a cumprir metas, diz Fraga

Enio Vieira e Vicente Nunes
de Brasília

Pela primeira vez uma autoridade governamental admitiu, publicamente, que a volta da inflação neste ano trará benefícios para as contas públicas. O presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse ontem que a inflação possibilitará um ganho adicional de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no programa de ajuste fiscal. Apenas esse efeito inflacionário será suficiente para que o governo cumpra a nova meta de superávit primário. (receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros) de 3,1% do PIB, em 1999, conforme foi acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). No acordo anterior, essa meta era de 2,6%.

A defesa mais contundente de que o governo não se beneficiaria da inflação para cumprir as metas com o FMI vinha sendo feita pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. Na última terça-feira, ele foi incisivo ao

Presidente do Banco Central admite ganho adicional de 0,5%, o que seria suficiente para o País atingir o objetivo de superávit primário de 3,1% do PIB fixado com o FMI

dizer que o impacto inflacionário nas contas públicas seria nulo. "Feitas todas as contas, o resultado será de zero a zero", afirmara Bier.

Muito confiante na capacidade do governo de atingir seus objetivos, o presidente do Banco Central fez questão de ressaltar os primeiros efeitos positivos da queda do dólar sobre as contas públicas. Segundo ele, com a retração dos preços da moeda americana, a relação da dívida pública com o PIB, que tinha atingido 53% em fevereiro, já caiu para 50%, bem próximo da meta de 49,3% prometidos somente para o fim do ano ao Fundo Monetário.

Antes de viajar ontem para uma série de encontros com investidores nos Estados Unidos e na Europa, Fraga deu uma entrevista à imprensa estrangeira para preparar o terreno da visita que pretende ser o início da retomada da credibilidade perdida



Armínio Fraga

do País. O presidente do BC enfatizou que o controle da inflação e a meta de superávit primário são os pontos fundamentais daqui por diante. Já a segunda parcela do empréstimo, próxima de US\$ 9 bilhões, que será liberada pelo FMI até o iní-

cio de abril, será útil para garantir uma transição mais tranqüila para o regime cambial de taxas flutuantes, reduzindo a pressão sobre o dólar.

"Todas as vezes que a taxa de câmbio sinalizar inflação mais alta, certamente tomaremos providências de política monetária. A moeda do Canadá desvalorizou-se, recentemente, em 40%, mas não houve um imediato reflexo inflacionário", explicou Fraga. Ele disse que a confiança na economia brasileira começará a ser recuperada nos próximos três meses. Essa mudança de percepção, segundo ele, virá depois da viagem da equipe econômica ao Japão, aos Estados Unidos e à Europa.

"As linhas de crédito dos bancos

para as empresas brasileiras caíram muito. Sinceramente, acredito que hoje é bom negócio financiar o comércio externo do Brasil. Eles, os banqueiros, vão perceber isto. Vários já anunciaram a manutenção de linhas de crédito comerciais. Um ou outro diz que pretende aumentar li-

Segundo Fraga, recuo do dólar já permitiu que a dívida pública caísse de 53% para 50% do PIB nos últimos dias

nhas num futuro próximo", afirmou Fraga, lembrando que a desvalorização do real equacionou, em parte, o problema de saldos negativos muito

altos da balança de pagamentos.

Segundo o presidente do BC, mesmo com a provável queda na entrada de recursos externos este ano no mercado brasileiro, o déficit em conta corrente de 1999 será igual ao volume total de investimentos dire-

tos. Os cálculos do governo apontam o ingresso entre US\$ 17 bilhões e US\$ 18 bilhões. "Depois dessa fase de transição, o câmbio flutuante vai se encarregar de colocar balança de pagamentos numa posição sustentável, sem que ocorra aumento da inflação", disse.

Fraga acredita que as taxas de juros terão condições de cair com o superávit primário de 3,1% do PIB e as receitas de privatização, estimadas em US\$ 27,8 bilhões neste ano no acordo renegociado do FMI. "Os juros cairão por conta da situação fiscal equilibrada e do fim do prêmio de risco cobrado pelos investidores que temiam a desvalorização. Esses fatores vão produzir taxas de juros reais mais baixas", afirmou, ressaltando que poucos países têm superávits primários tão altos como o previsto para este ano. Outra boa notícia, disse Fraga, é a possibilidade de a queda do PIB ser inferior aos 3,5% e 4% previstos inicialmente.

(Mais informações sobre o FMI na pág. B-1)